

13 JUL 1983

# JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

## Dívida Irrecusável *Dívida externa*

Qual o preço da dívida continuada sobre a possibilidade de o Brasil honrar os seus compromissos financeiros internacionais?

O descrédito, certamente. Esta imagem é o que se alimenta com as dívidas sobre se o país terá ou não condições para pagar uma parcela vencida — e já protelada — de um empréstimo de 400 milhões de dólares tomado em caráter transitório ao Banco para Compensações Internacionais (BIS).

Uma das versões correntes para a recusa do BIS em protelar uma vez mais o pagamento seria o interesse dessa organização em pressionar Brasília, o Fundo Monetário e alguns bancos centrais mais recalcitrantes ou cobradores menos tolerantes para chegarem a um acordo. O centro nevralgico desse acordo é uma composição com o Fundo Monetário, que atua como uma espécie de auditor independente por conta dos banqueiros.

No pacote das dívidas do Brasil há de tudo. Há dívidas que foram provocadas por programas faraônicos e até certo ponto articulados em um ambiente de recíproca responsabilidade — como o acordo nuclear com a Alemanha. A irresponsabilidade que levou a algumas dívidas desse tipo deve ser condenada tanto em Brasília como no exterior. Uma composição em torno delas não é, portanto, um problema apenas de Brasília, mas que envolve os

fornecedores de recursos e deles também requer alguma flexibilidade.

O ponto onde não se pode ser flexível é o do ajustamento interno da economia brasileira aos parâmetros que o Fundo Monetário — e quem quer que preze a racionalidade econômica — tem defendido, inclusive o Ministro do Planejamento. Trata-se de conter a inflação interna e de disciplinar os gastos públicos.

O vácuo político no qual o país está vivendo ameaça uma linha de racionalidade mínima compatível com as exigências da opinião pública internacional. Torna-se difícil advogar até mesmo alguma tolerância dos bancos centrais estrangeiros se essa linha coerente de contenção interna não se torna efetiva e clara.

Aqueles que cometeram erros de avaliação emprestando para projetos faraônicos podem, assim, assumir uma postura rigorosa ou fazer exigências ainda maiores às autoridades monetárias brasileiras alegando que elas são incapazes de colocar a casa em dia.

A última imagem que a Nação pode cultivar é a do calote. A firmeza que se demonstrou nas greves de petroleiros deveria servir de inspiração aos escalões políticos do Governo para tomar decisões capazes de devolver a necessária racionalidade à área econômica.